



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

ESCOLA SUPERIOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA RURAL

**Impacto do fundo de desenvolvimento distrital para o desenvolvimento da
economia dos produtores agrícolas no distrito de Gondola no período de 2007 a
2012.**

Licenciatura em Economia Agrária

Autora:

Marelu Janete Duarte Gemusse

Vilankulo, Junho de 2015

Marelu Janete Duarte Gemusse

Impacto do fundo de desenvolvimento distrital para o desenvolvimento da economia dos produtores agrícolas no distrito de Gondola no período de 2007 a 2012.

Trabalho de Culminação de Curso
apresentado ao Departamento de
Sociologia Rural da Universidade
Eduardo Mondlane – Escola
Superior de Desenvolvimento
Rural para a obtenção do grau de
Licenciatura em Economia
Agrária

Presidente:

dr. Adriano Chianguê

Oponente:

dr. Elias De Barros

Supervisor:

Eng^o Sacire Viagem

UEM - ESUDER

Vilankulo

2015

Índice	Página
Declaração de Honra.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Lista de Abreviatura, Siglas	iv
Listas de ilustrações	v
Gráficos.....	v
Imagens	v
Tabelas	v
Lista de apêndice.....	vi
Anexo.....	vi
Resumo	vii
CAPITULO I. INTRODUÇÃO	1
1.1. Contextualização.....	1
1.2. Problema	2
1.3. Justificativa	2
1.4. Objectivos	4
1.5. Hipóteses.....	4
CAPITULO II. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	5
2.1. Base conceptual	5
2.2. Base Teórica.....	6
2.2.1. O Papel do Estado na Economia.....	6
2.3. Abordagem do Fundo de Desenvolvimento Distrital	8
2.3.1. Definição do Fundo Distrital De Desenvolvimento.....	8
2.3.2. Objectivos do FDD	8

2.3.3. Critérios de elegibilidade de projectos.....	9
2.3.4. Projectos de Geração de Emprego	9
2.3.5. Projectos de Produção de Comida	9
2.3.6. Limites Para Financiamento De Projectos E Taxas De Juro	10
2.3.7. Formas de financiamento.....	11
2.3.8. Impactos de um financiamento rural.....	11
2.3.8. O impacto do FDD no âmbito de desenvolvimento em Moçambique.....	12
2.4. O sector de agricultura em Moçambique	13
2.4.1. O desafio produtividade agrícola em Moçambique	14
2.5. Rentabilidade e Sustentabilidade do Financiamento Rural	15
2.6. Constrangimentos da Produção Rural.....	16
2.7. Teoria Macroeconómica	17
2.8. Abordagem do bem-estar económico e social	18
2.8.1. Abordagem do FIB	18
2.8.2. Abordagem do Bem-Estar Social e Económica em Moçambique	20
III. METODOLOGIA.....	22
3.1. Descrição Da Área De Estudo (Distrito de Gondola)	22
3.2. Métodos e técnicas de recolhas de dados.....	24
3.2.1. Tipo de pesquisa	24
3.2.2. Etapas da pesquisa	24
3.2.3. Amostra da pesquisa	27
3.2.4. Variáveis em análise	28
3.3. Limitações do Trabalho	29
CAPITULO IV. RESULTADO E DISCUSSÃO	30
4.1. Caracterização dos produtores agrícolas do distrito de gôndola, financiados pelo FDD ..	30

4.2. Tendências evolutivas do financiamento do FDD no período de 2007 a 2012	31
4.2.2. O desembolso no sector agrícola	31
4.3. Indicadores económicos e sociais para o contributo do FDD na melhoria de condições de vida dos produtores agrícolas.....	34
4.3.1. Indicadores económicos.....	34
4.3.1.1. Empregabilidade do FDD no sector agrícola.....	34
4.3.1.2. Reembolso agrícola.....	36
4.3.2. Indicadores sociais	38
4.3.2.1. Educação	38
4.3.2.2. Acesso a água potável.....	39
4.3.2.3. Saúde.....	40
4.3.2.4. Saneamento	40
4.3.2.5. Habitação	41
4.3.2.6. Acesso a energia	41
4.3.2.7. Transporte	42
CAPITULO V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	43
5.1. Conclusão.....	43
5.2. Recomendações.....	45
VI. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	45
APENDICES.....	I-VI

Declaração de Honra

Eu, **Marelu Janete Duarte Gemusse**, declaro que o presente trabalho com o tema, Impacto do Fundo de Desenvolvimento Distrital para o desenvolvimento da economia dos Produtores agrícolas do Distrito de Gondola no período de 2007 a 2012. Foi elaborado por minha autoria, sob orientação do meu supervisor Engenheiro Sacire Viagem. O seu conteúdo é original feito com base na metodologia apresentada ao longo do trabalho, respeitando as orientações do supervisor. Declaro ainda que este trabalho não foi apresentado em nenhum momento para obtenção de qualquer grau académico ou outros fins.

Vilankulo, 2014

(Marelu Janete Duarte Gemusse)

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais António Duarte Gemusse e Regina Albino Ombe Gemusse meus irmãos Gil António Duarte Gemusse e Ubaldo Genova Ombe Gemusse.

Agradecimentos

Agradeço a DEUS em primeiro lugar pela saúde força, luz e pela fé que me dá para realizar os objectivos da minha vida e pela companhia na longa caminhada.

Aos meus pais, António Duarte Gemusse e Regina Albino Ombe Gemusse, pelo amor, educação valores e princípios morais transmitidos ao longo da minha vida, e pelo sacrifício por vós feito durante a minha trajectória académica.

Aos meus irmãos, Gil António Gemusse e Ubaldo Genova Ombe Gemusse, pelo apoio e pelo carinho, vocês foram a minha fonte de inspiração. A todos meus familiares. Ao meu amigo Ziggy Langa. A Vanda Damásio minha colega, amiga e irmã obrigada pela força nesse longo percurso que tivemos e pelas batalhas e pela trilha perfeita. A Nilza Da Urca Alímpio minha colega amiga amora, ao Arune Sukarno Jamu meu colega amigo um obrigado especial. Ao João de Araujo. E aos de mais colegas. A Celina Mardade, ao Elton Chicote Doliz e Inocência Valentim Gemusse e Adriano Cambula um obrigado especial, por torcerem e acreditar que no fim daria tudo certo. Ao meu namorado Hamilton Mucavel que sempre acreditou que eu seria capaz desse obstáculo ultrapassar, torcendo sempre positivamente, um obrigado especial super especial para ti.

A todo corpo de docentes do curso de economia agrária em particular destaque ao meu supervisor Engenheiro Sacire Viagem pelo acompanhamento nessa fase, pela compreensão, paciência, humildade na transmissão dos conhecimentos e ao doutor Anito Chimela Gomes, doutor Eugénio Fernandes pela transmissão dos conhecimentos académicos pela sua humildade pelo apoio dado nessa fase e na caminhada académica, conhecimentos e conselhos transmitidos servindo estes como guia para a elaboração do presente trabalho de culminação de curso.

Lista de Abreviatura, Siglas

CAADP: programa compreensivo para o desenvolvimento da agricultura em África.

CCA: Conselho Consultivo De Posto Administrativo.

CCL: Conselho Consultivo De Localidade

CCD: Conselho Consultivo Distrital

EDR: Estratégia De Desenvolvimento De Rural.

FDD: Fundo De Desenvolvimento Distrital.

FIB: Felicidade Interna Bruta.

FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura

GoD: Governo Distrital.

GoM: Governo de Moçambique.

INE: Instituto Nacional De Estatística

LOLE: Lei Sobre Os Órgãos Locais De Estado.

MAE: Ministério da Administração Estatal

PARP: Plano De Acção Para Redução Da Pobreza

PARPA: Plano De Acção Para Redução Da Pobreza Absoluta

PIB: Produto Interno Bruto

OIIL: Orçamento De Investimento Para Iniciativa Local

SDAE: Serviços Distritais De Actividades Económicas.

Listas de ilustrações

Gráficos

Gráfico nº 1: Tendência do Desembolso.....	31
Gráfico nº 2: Tendência Desembolso geral.....	33
Gráfico nº 3: Evolução da empregabilidade.....	35
Gráfico nº 4: Tendência evolutiva do reembolso.....	36

Imagens

Imagem nº 1: Certeza.....	39
---------------------------	----

Tabelas

Tabela nº 1: limites de financiamento por sector.....	10
Tabela nº 2: Postos de empregos.....	34
Tabela nº 2 Educação dos beneficiários.....	37
Tabela nº 3: Educação dos filhos dos beneficiários.....	38
Tabela nº 4: Acesso a água potável.....	39
Tabela nº 5: Tipo de casa de casas de banho.....	40
Tabela nº 6: Tipo de Habitação.....	40
Tabela nº 7: Acesso a energia.....	41
Tabela nº 8: Transporte.....	42

Lista de apêndice

1. Questionário ao CCD do SDAE.....	I
2. Questionário aos beneficiários do FDD.....	I
3. Número de projectos submetidos.....	II
4. Valores do desembolso.....	II
5. Valores do reembolso.....	II
6. Número de filhos dos beneficiários.....	III
7. Nomes dos beneficiários.....	III

Anexo

1. Mapa.....	VI
2. Carta de estágio	

Resumo

A presente pesquisa tem como objectivo principal Analisar o impacto do Fundo de Desenvolvimento Distrital para o desenvolvimento da economia dos produtores agrícolas no distrito de Gôndola no período de 2007 a 2012 e de forma específica pretende-se: Caracterizar os produtores agrícolas do distrito de Gondola, financiados pelo Fundo de Desenvolvimento Distrital, Descrever as tendências evolutivas do financiamento do Fundo de Desenvolvimento Distrital no período de 2007 a 2012, Determinar através dos indicadores económicos (desembolso, posto de emprego e reembolso) e sociais (habitação, acesso a água potável, energia, educação e ensino, transporte, saúde e saneamento) o contributo do Fundo de Desenvolvimento Distrital para a melhoria de condições de vida dos produtores agrícolas. A pesquisa realizou-se com base no uso de questionário, inquéritos e entrevistas semi-estruturadas, direccionadas a 60 produtores agrícolas e funcionários do Conselho consultivo do distrito dos serviços distritais de actividade económica. Todavia os resultados obtidos, mostram que em todo período em estudo o Fundo de desenvolvimento distrital contribui para inclusão de 1016 pessoas que de certa forma estavam excluídas do sistema financeiro no distrito de Gondola, também no mesmo período em estudo foram alocado 51.813.070,19Mtn (Cinquenta e um milhões, oitocentos e treze mil e setenta Meticais e dezanove centavos). O reembolso ainda é baixo dado que, o cumulativo de reembolso é de 6.297.405,45Mtn. Os resultados da pesquisa mostram que com o financiamento obtido, os mutuários melhoraram as suas condições de habitações, acesso a energia, transporte, verificaram-se impactos económicos e sociais positivos.

Palavras-chave: Fundo de desenvolvimento distrital, produtores agrícolas, Impacto económico e social.

CAPITULO I. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

Em Moçambique mais de 50% da população pratica a actividade agrícola e vive nas zonas rurais, cerca de 80% desta não têm acesso a serviços financeiros e nem a contas bancárias, caracterizando-se ainda pela sua dispersão geográfica, insuficiência de transportes e comunicação, e em casos significativos pela sua pobreza e marginalidade (VALÁ & FERNANDES, 2006 *citado por* CAMBEMBE).

Com a força motivadora no combate à pobreza, o Governo de Moçambique, no âmbito da descentralização administrativa e política, criou em 2005 o FDD, vulgarmente designado por sete milhões, como reforço aos investimentos destinados à promoção do desenvolvimento económico e social, importante contributo ao desenvolvimento local, que pode contribuir para “atenuar os possíveis conflitos sociais decorrentes das precárias condições de vida a que se encontram submetidas as classes subalternas” (LAGROSSE 2012).

O FDD, que está integrada no OIIL faz parte de uma das estratégias de redução da pobreza adoptada em Moçambique, tal fundo que serve para aumentar a monetarização das zonas rurais; minimizar o problema de falta de mercado de crédito; aumentar a produção alimentar e gerar oportunidades de emprego (CUNGUARA, 2011).

No distrito de Gondola, a agricultura constitui a base da economia, esta actividade emprega a maior da parte da população local activa, que devido a falta de oportunidade de emprego no sector formal, acabam-se organizando em pequenos grupos de associações e cooperativas, em prol de desenvolverem diversas actividades que por meio destas possam-lhes proporcionar o auto-emprego e elevação dos seus rendimentos. Contudo a actividade agrícola caracteriza-se por ser de alto grau de risco, com rendimentos muitas vezes imprevisíveis, sendo por vezes negligenciada pelo acesso restrito do crédito a banca, acção está que muitas vezes impossibilita o sucesso desta actividade (PSICO, 2010).

1.2. Problema

Com base na informação recolhida pode se afirmar com certeza que há fraca afluência de instituições fornecedoras de serviços financeiros no distrito de Gondola, o Distrito não possui agência bancária ou um estabelecimento de fornecimento de serviços financeiros. Sendo difícil, quase impossível o acesso ao crédito dado que só podem solicitar dos bancos mais próximos, na capital da Província de Manica. Mesmo com a existência de bancos o pequeno produtor estaria incapacitado de aceder aos tais serviços, pois as taxas de juros do mercado são elevadas e sua baixa renda não compensa.

Apesar do FDD ter vários benefícios, verifica-se no distrito o número reduzido de empreendedores agrícolas. Perante esta situação o Conselho Consultivo do Distrito vem envidando esforços, criando estratégias que visam atrair mais mutuários para o sector agrário, considerado importante para a economia do distrito de Gondola

É nessa ordem de ideias que a presente pesquisa pretende dar resposta a seguinte questão: *Que impacto o Fundo de Desenvolvimento Distrital tem para o desenvolvimento da economia dos produtores agrícolas no distrito de Gondola?*

1.3. Justificativa

O FDD foi criado com a intenção de estimular o empreendedorismo, reduzindo a taxa do desemprego e incrementando a produção de comida e geração de renda.

O interesse de estudar o FDD resulta do reconhecimento do potencial de mudança que este fundo pode causar na vida das comunidades rurais, através do alargamento das oportunidades de acesso a recursos por parte das pequenas empresas e associações baseadas nos distritos, zonas estruturalmente marginalizadas.

A escolha do distrito de Gondola está aliado ao seu potencial agro-ecológico, possuindo deste modo condições favoráveis para prática da actividade agrícola, não obstante desta actividade servir de fonte rendimento para a maioria da população local activa. O alto índice do desemprego que se verifica e o bem-estar sócio económico que se encontram no estado crítico, nos mostram a necessidade de um estudo aprofundado do FDD.

Este fundo é a única fonte de financiamento no distrito de Gondola e tem por objectivo promover o desenvolvimento rural. No entanto, o interesse pelo estudo surge por um lado pelo facto de não existirem estudos aprofundados sobre o assunto, bem como pelo facto de pretender-se apurar até que ponto o FDD tem efeitos na melhoria de condições de vida dos habitantes do local de estudo.

A escolha do período (2007-2012) é pelo facto deste permitir a obtenção de dados fiáveis a nossa análise, sendo que no período anterior os dados não estavam organizados.

Daí o interesse em investigar e verificar as mudanças ocorridas após o funcionamento do fundo, além de produzir conhecimento sobre o tema.

1.4. Objectivos

Geral

- ✓ Analisar o impacto do Fundo de Desenvolvimento Distrital para o desenvolvimento da economia dos produtores agrícolas no distrito de Gôndola no período de 2007 a 2012.

Específicos

- ✓ Caracterizar os produtores agrícolas do distrito de Gondola, financiados pelo Fundo de Desenvolvimento Distrital;
- ✓ Descrever as tendências evolutivas do financiamento do Fundo de Desenvolvimento Distrital no período de 2007 a 2012;
- ✓ Determinar através dos indicadores económicos e sociais o contributo do Fundo de Desenvolvimento Distrital para a melhoria de condições de vida dos produtores agrícolas.

1.5.Hipóteses

A hipótese nula: Pese embora FDD tenha como objectivo principal a satisfação das necessidades de pequenos empreendedores, verifica-se que este, não responde aos objectivos para o qual foi implementado.

A hipótese alternativa: O FDD teve um impacto significativo no bem-estar económico e social na vida dos produtores agrícolas do distrito de Gondola;

CAPITULO II. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo pretende dar o enquadramento teórico começando por base conceptual e procura abordar sobre o papel do Estado na economia, abordagem do fundo de desenvolvimento distrital, o sector de agricultura em Moçambique e os seus desafios, rentabilidade e sustentabilidade do financiamento rural, constrangimentos da produção rural, a teoria macroeconómica, abordagem do bem-estar económico e social, abordagem do Felicidade Interna Bruta.

2.1. Base conceptual

Economia: Economia (ou Ciência Económica) pode ser definida como a ciência que estuda forma como as sociedades utilizam os recursos escassos para produzir bens com valor e de como distribuem esses mesmos bens entre os vários indivíduos (PAUL A & WILLIAM D *citado por* CAMBEMBE 2014).

Economia: Ciência que estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação existente entre as ilimitadas necessidades a satisfazer e os recursos que, embora escassos, se prestam a usos alternativos (BERGO, 2011).

Financiamento: é quando uma empresa solicita recursos para uma instituição financeira, com a intenção de comprar alguma coisa. Tanto, pessoas físicas como jurídicas podem pedir financiamentos para as instituições autorizadas a concedê-los (ARAÚJO, 2010).

Impacto: diz respeito ao alcance dos resultados pretendidos, a médio e longo prazo, ao mesmo tempo em que se refere à “relação entre os resultados de uma intervenção ou programa, em termos de efeitos sobre a população alvo (impactos observados), e os objectivos pretendidos (impactos esperados), traduzidos pelos objectivos finalísticos da intervenção” (SILVA & MELO, 2000 *citado por* BRASIL, 2010).

Macroeconomia: estuda a determinação e o comportamento dos grandes agregados como PIB, consumo global, investimento global, exportação, inflação, desemprego, com o objectivo de delinear uma Política económica (BERGO, 2011).

Produtor agrícola: pessoa física ou jurídica que explora a terra, com fins económicos ou de subsistência por meio da agricultura, a partir de um racional respeitando a função social da terra. (GOLDEMBERG, s/d)

Desenvolvimento: O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento económico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes sectores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia), (VASCONCELOS & GARCIA, 1998 *citado por* CAMBEMBE 2014).

Desenvolvimento Rural: no contexto Moçambicano, concebe o desenvolvimento rural como sendo um processo que articula os esforços nas esferas do crescimento económico e a governabilidade, com o objectivo de Melhorar as condições de vida da população mediante uma transformação produtiva, sem arriscar a satisfação das necessidades fundamentais das gerações futuras; e a capacidade de assimilação da natureza (MADER, 2000).

Desenvolvimento Económico: considera-se desenvolvimento económico como crescimento económico (incrementos no produto) acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia (SANDRONI, 1994 *citado por* CAMBEMBE 2014).

2.2. Base Teórica

2.2.1. O Papel do Estado na Economia

Os agentes económicos, buscando satisfazer os seus interesses individuais, espontaneamente, organizam a economia de forma eficiente através de *mão invisível*. Referiu que essa mão invisível corresponde ao conjunto de forças individuais operando na mais pura concorrência para satisfazer os seus desejos, seja, realizando as necessidades de vendas (oferta) e de compra (demanda). Na sua visão, o Estado quando interfere, perturba a realização de impulsos e necessidades individuais naturais. (Adam Smith (1776), *in* FILHO (2006) *citado por* NHAMGOMBE 2012).

Porém, Keynes na sua obra “*The end of laissez-faire*”, de 1926 e posteriormente na sua obra mais conhecida “*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*”, de 1936,

contrariamente aos apologistas da *mão invisível*, conclui que a racionalidade individual nem sempre produz o melhor resultado para a sociedade (*citado por* FILHO & FERRARI, 2006).

O mesmo autor defende a concorrência e a igualdade de oportunidades e que o Estado é capaz de arbitrar a concorrência e controlar as variáveis económicas mais relevantes, como o desemprego e a inflação. Keynes propõe a constituição de um Estado forte, capaz de dirigir a economia (*citado por* NHAMGOMBE 2012).

Por seu lado propõe também a necessidade de intervenção do Estado em prol do desenvolvimento económico e social, mais concretamente na promoção de uma melhor eficiência na alocação de recursos e na distribuição do rendimento com vista alcançar a estabilidade económica e social (MUSGRAVE 1974 *citado por* NHAMGOMBE 2012).

O poder público, face à demanda da sociedade, deve agir para o desenvolvimento de um conjunto de acções que representem resultados eficientes no sentido de oferecer mais produtos e serviços de interesse comum.

O mesmo autor refere que para o efeito, as acções públicas devem acompanhar a evolução dos desejos e necessidades da comunidade, exigindo austeridade e uma melhor aplicação dos recursos públicos (COSTA, LOCH & De SOUZA 2006 *citado por* NHAMGOMBE 2012).

HÖFLING (2001) considera as políticas públicas como o “Estado em acção”, ou seja, o processo de implantação de um projecto de governo através de programas e acções, envolvendo diversos órgãos e agentes tanto do governo quanto da sociedade de maneira geral. E traz, ainda, a perspectiva da política pública social, para explicar como o Estado interfere nas relações sociais buscando diminuir desigualdades sociais causadas pelo modelo económico vigente (BEZERRA, 2014).

Assim o Estado Moçambicano ao instituir o FDD, enquadra-se nas correntes de pensamento que, na senda do pensamento Keynesiano, defendem o intervencionismo do Estado com vista à promoção do desenvolvimento económico e social (NHAMGOMBE, 2012).

2.3. Abordagem do Fundo de Desenvolvimento Distrital

2.3.1. Definição do Fundo Distrital De Desenvolvimento

Concernente ao *Fundo de Desenvolvimento Distrital*, de acordo com o decreto n° 90/2009, foi criado para materialização dos objectivos do governo orientados para o desenvolvimento do distrito, especificamente para produção de alimentos, geração de rendimentos e criação de postos de trabalho (MACHAVA, 2011).

O FDD é uma instituição pública dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e funciona em cada distrito do país junto ao Governo Distrital. O FDD destina-se a apoiar prioritariamente pessoas pobres economicamente activas sem possibilidade de acesso ao crédito no sistema financeiro formal (MAE, 2011).

Em resposta aos comandos da lei n° 08/2003 que define o Distrito como unidade territorial principal de organização e funcionamento da administração local do Estado e base de planeamento do desenvolvimento económico, social e cultural, o governo moçambicano decidiu alocar fundos de investimento aos governos distritais, cumprindo-se assim com o preceito do Distrito como unidade orçamental. Em Junho de 2005, esses fundos chamados de Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) transformaram-se em Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) através do decreto n° 90/2009.

2.3.2. Objectivos do FDD

O FDD tem o objectivo de financiar:

- (i) Acções que visam estimular o empreendedorismo a nível local, beneficiando pessoas pobres, mas economicamente activas e que não têm acesso ao crédito bancário;
- (ii) Actividades de produção e comercialização de alimentos, criação de postos de trabalho permanentes ou sazonais, assegurando a geração de rendimento,
- (iii) Outras acções que visem melhorarem as condições de vida, relacionadas com as actividades económicas e produtivas das comunidades (MAE, 2011).

2.3.3. Critérios de elegibilidade de projectos

No âmbito do FDD são financiáveis as acções que concorram para geração de emprego permanente e/ou sazonal, para produção de comida e geração de renda para os produtores e suas famílias.

Os projectos elegíveis devem estar estritamente ligados ao desenvolvimento económico local com impacto no quadro do combate à pobreza e em sintonia com os Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Distrito e devem ser propostos por indivíduos, associações, grupos sociais organizados e outras formas sociais de base comunitária reconhecidas pelo Governo do Distrito em estreita colaboração com as autoridades comunitárias locais.

Os projectos financiados devem obrigatoriamente ser implementados na unidade territorial onde são propostos. (MAE, 2011)

2.3.4. Projectos de Geração de Emprego

Os projectos de geração de emprego são todas as iniciativas que concorrem para a criação de empregos sazonais e/ou permanentes, postos de trabalho e elevação da renda dos indivíduos, das famílias, das associações e das pequenas empresas locais.

Estes projectos devem simultaneamente estimular o empreendedorismo, geração de rendimento e criação de emprego e de postos de trabalho sustentáveis para a população local (MAE, 2011).

2.3.5. Projectos de Produção de Comida

Os projectos de produção de comida são todas as iniciativas cuja natureza final é o incremento sustentável dos níveis de produção e produtividade, aprovisionamento de sementes melhoradas, fertilizantes, instrumentos de produção, insumos de pesca, conservação e armazenamento dos produtos alimentares, mediante o uso de tecnologias melhoradas e adequadas à realidade local (MAE, 2011).

2.3.6. Limites Para Financiamento De Projectos E Taxas De Juro

Os limites para financiamento no âmbito do FDD variam segundo o sector de actividade e o tipo de beneficiário (associações ou indivíduos), de acordo com a tabela a seguir:

Tabela nº 1: limites de financiamento por sector

Sector	Limites de financiamento (Mt)	
	Indivíduos	Associações
Agricultura	Até 200.000	Até 350.000
Pecuária	Até 75.000	Até 350.000
Agro-processamento	Até 200.000	Até 350.000
Pesca e piscicultura	Até 350.000	Até 350.000
Industria	Até 100.000	Até 200.000
Comercio	Até 100.000	Até 150.000
Serviços	Até 100.000	Até 200.000
Turismo	Até 100.000	Até 130.000

Fonte: MAE (2011)

Dado a relevância do sector agrícola, este recebe o maior valor de recursos por financiamento. Vai até 350.000,00Mt por projecto individual, valor equivalente a R\$ 19.500,00, associações recebem valor um pouco superior a este por projecto. São liberados até 500.000,00Mtn. Por outro lado o sector pecuário é o que recebe menos são 75.000,00Mtn (PIMENTEL & MATUSSE, 2013).

As taxas de juro serão fixadas mediante despacho conjunto entre o Ministro da Administração Estatal e o Ministro das Finanças e comunicadas a todas as províncias.

As taxas de juro estão sujeitas a uma revisão periódica sem efeitos retroactivos. O período máximo para amortização do empréstimo assim como os respectivos períodos de graça, por tipo de projecto, serão também aprovados juntamente com a tabela das taxas de juro e serão parte integrante do contrato a ser assinado entre o FDD e os mutuários. No entanto a taxa de juro anual é de 3,00% (MAE, 2011).

2.3.7. Formas de financiamento

a) Financiamento colectivo

Segundo ATHMER & VLETTER (2006), este mecanismo é o mais adoptado nas zonas rurais, é considerado eficiente uma vez que a responsabilidade dos custos é repartida por todo os membros do grupo. São mecanismos que diminuem os custos de transacção, facilitam o acesso aos serviços financeiros, não demandam garantias reais e ajudam a diminuir as taxas de juros.

b) Financiamento individual

Segundo CASSAMO (2008), Para concessão deste tipo de crédito é levado a cabo um processo de análise que inclui o preenchimento de fichas, entrevista e visitas a casa e ao negócio do futuro cliente. Este procedimento é feito pelo agente de crédito e em caso de atraso de pagamento o cliente é pressionado por este mesmo agente que faz a utilização de todos os mecanismos legais para recuperação do crédito.

2.3.8. Impactos de um financiamento rural

Os impactos do financiamento rural centram-se em duas vertentes de capital importância nomeadamente:

i. Impacto económico

De acordo com FERNANDES (2008) *citado por* CAMBEMBE (2013), os impactos económicos do financiamento são:

- ✓ Aumento do nível de rendimento dos beneficiários do crédito;
- ✓ Aumento do nível de posto de emprego;
- ✓ Aumento da capacidade de investimento dos membros, com as poupanças acumuladas até o fim do ciclo,
- ✓ A disponibilidade das poupanças, e os investimentos produtivos ou em bens levam ao aumento da capacidade de resistência a crises (doenças, falecimento de familiar), e aumento da segurança alimentar.

ii. Impacto Social

Segundo MUSSAGY (2005) *citado por* CAMBEMBE (2013), aponta os seguintes impactos sociais:

- ✓ O crescimento do negócio permitirá um movimento colectivo do sector informal para o formal;
- ✓ Cria mudanças nas relações de poder;
- ✓ A redistribuição do poder ao nível das famílias (por exemplo, aumentando o poder de decisão económica por parte das mulheres);
- ✓ Mudanças ao nível educacional e nutricional das crianças, como resultado da concessão de créditos;
- ✓ Melhoramento da habitação (blocos, zinco) e de bens domésticos ou produtivos (bicicletas, loiças, telefone, animais de pequeno porte);
- ✓ Aquisição de maior poder na família ou comunidade como resultado de serviços financeiros;
- ✓ Abertura de novos horizontes, no caso em que o investimento é feito através de fundos obtidos (empréstimos, donativos, herança).

2.3.8. O impacto do FDD no âmbito de desenvolvimento em Moçambique

De acordo com VALÁ (2009), os sete milhões asseguraram-se como um instrumento concreto de intervenção para que os pequenos agentes económicos dos distritos viabilizassem as suas ideias. Este fundo contribui para o empoderamento económico das populações a nível local e deste modo, para o desenvolvimento local. O mesmo sustenta que os “sete milhões” estão a contribuir para mudar Moçambique, aumentando a produção de alimentos, gerando emprego, renda para famílias rurais. O autor refere ainda, que em resultado da implementação do OIIL, muitos distritos passaram a vender a sua produção para fora dos seus limites territoriais, como consequência do aumento da produção local.

No contexto de Marracuene, os beneficiários do FDD sustentam que o mesmo melhorou as suas vidas, a título de exemplo, alguns melhoraram as suas actividades agrícolas, passando de agricultura de subsistência para a de rendimento familiar como na produção de alimentos para a venda ao nível local, outros compraram barcos a motor, enquanto antes usavam canoas e melhoraram o rendimento pesqueiro.

O Governo distrital defende que os resultados são positivos, mas não apresenta resultados que tem em conta os indicadores de desenvolvimento, nem os objectivos definidos pelo governo no âmbito do FDD.

Por outro lado, os mutuários sustentam que melhoraram de vida depois de se beneficiarem, que algumas pessoas foram empregues como resultado da implementação do FDD, mas sem resultados práticos que nos levem a acreditar que o distrito está a desenvolver por via do fundo (MACHAVA, 2011).

De um modo geral, nota-se que em média um projecto dificilmente consegue criar dois empregos, beneficiando somente os implementadores, sem gerar emprego para as comunidades locais e o nível da fraca capacidade dos beneficiários em matéria de gestão de pequenos negócios como consequência da falta de capacitação e acompanhamento dos mesmos no processo de implementação (MACHAVA, 2011).

Entre 2006 e 2010 foram financiados 47.463 projectos, sendo Gaza a Província que financiou o maior número. Foram 8.263 projectos que geraram 12.616 postos de trabalho. (MAE, 2011). No Distrito de Chibuto foram financiados entre 2007 a 2011, 496 projectos dos quais 272 foram projectos destinados a produção de alimentos (PIMENTEL & MATUSSE, 2013).

Não existe nenhum estudo, que seja representativo do país, indicando o impacto do OIIL no aumento da produtividade e produção agrícola. De igual modo, não existe nenhum estudo indicando os custos e benefícios de investimentos em irrigação, e que justifiquem o padrão espacial dos investimentos. Seria importante conduzir estes dois estudos, nomeadamente do impacto do OIIL e da análise custo-benefício dos investimentos em regadios (CUNGUARA, 2012).

2.4. O sector de agricultura em Moçambique

No que diz respeito ao sector de agricultura em Moçambique, pode-se destacar SITOE (2005), no seu artigo intitulado “*Agricultura familiar em Moçambique: estratégias de desenvolvimento sustentável*”, no qual aborda aspectos como a caracterização da agricultura em Moçambique, características das potencialidades agro-ecológicas e modelos e estratégias para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em Moçambique. Discute ainda sobre a realidade da agricultura familiar em Moçambique, o contexto das

transformações socio-económicas porque passa o país e as directrizes políticas traçadas pelo Governo de Moçambique, rumo ao desenvolvimento.

Ainda, considera que apesar do fraco desenvolvimento da agricultura em Moçambique, o país possui um grande potencial para a médio e longo prazo desenvolver uma agricultura que assegura um crescimento sustentável e que é necessário que sejam adoptadas deliberadamente estratégias que visem a transformação da economia familiar de subsistência e de baixo rendimento para uma agricultura mais integrada, orientada para criação de emprego, auto-suficiência alimentar, produção de matéria-prima para indústria nacional e exportação (SITOE, 2005 *citado por* ANTÓNIO 2013).

De acordo com ORAM & ROSA (2010), a aposta à agricultura pode melhorar a economia familiar, o que melhora os níveis de segurança alimentar, reflectindo-se no melhoramento da dieta alimentar, conseqüentemente, da nutrição. Também são da opinião de que a boa agricultura reflecte-se na qualidade de educação, pois com a venda dos excedentes as famílias encaminham os seus filhos à escola, e uma criança alfabetizada consegue evitar certas atitudes que contribuem para o aumento das doenças (adopção de medidas de higiene pessoal e familiar), etc. Ainda, eles concluem que a agricultura empresarial gera milhares de empregos, o que influencia na redução dos níveis de pobreza das populações, assim como do país como um todo (*citado por* ANTÓNIO 2013).

2.4.1. O desafio produtividade agrícola em Moçambique

O crescimento agrícola é fundamental para o bem-estar de povo e pode ser uma fonte essencial para promover o crescimento económico. Para o pobre, que geralmente gasta uma elevada proporção do seu rendimento na compra de alimentos, o crescimento agrícola possui o benefício directo da redução da inflação dos produtos básicos. Em Fevereiro de 2008 e Setembro de 2010, as manifestações violentas verificadas em Moçambique foram causadas em parte pela inflação dos produtos alimentares, porque o Metical esteve fraco em relação ao Rand, e importar da África do Sul era cada vez mais caro. O crescimento agrícola beneficia os pobres tanto rurais, como urbanos, proporcionando-lhes mais alimentos e matéria-prima a preços baixos e reduzindo a pobreza através do crescimento na produtividade laboral e nas oportunidades de emprego nas zonas rurais (THURLOW, 2008). Outra vantagem do crescimento agrícola relaciona-se com as ligações que a agricultura possui com o resto da economia, descritas por BENFICA (2006). Os agregados

familiares com maior rendimento agrícola tendem a alocar uma proporção relativamente maior do seu rendimento na compra de bens não agrícolas, o que estimula o crescimento de outros sectores da economia. (*citado por* CUNGUARA 2011)

Neste sentido, o aumento do rendimento familiar deve derivar de aumento tanto do rendimento agrícola assim como do rendimento não agrícola. O aumento de rendimento familiar vai depender da gestão sustentável dos recursos naturais, que por sua vez está interligada à produção alimentar, que depende igualmente das políticas agrárias. Alguns aspectos macroeconómicos tais como a taxa de câmbio e a inflação terão um impacto directo na disponibilidade de alimentos. (CUNGUARA, 2011)

O aumento da produtividade agrícola afectaria a população Moçambicana através de vários mecanismos:

Primeiro, este pode reduzir a inflação mediante a redução da importação de produtos agrícolas, que muitas vezes está sujeita ao aumento dos preços dos combustíveis no mercado internacional (ARNDT *et al.*, 2008). Segundo, o aumento da produtividade, aliada a melhores condições de armazenamento e processamento, pode aumentar a disponibilidade de alimentos ao longo do ano, melhorando deste modo a segurança alimentar e nutricional das famílias. Terceiro, combinado com o melhoramento de infra-estruturas de comercialização, o aumento da produtividade resulta em maiores rendimentos familiares (CUNGUARA & DARNHOFER, 2011). De salientar que o melhoramento de infra-estruturas é um grande desafio neste processo, principalmente para escoar o excedente agrícola da zona norte do país para as províncias deficitárias no sul de Moçambique (CUNGUARA, 2011).

2.5. Rentabilidade e Sustentabilidade do Financiamento Rural

Segundo RIBEIRO (1979) *citado por* GULLO (2011), uma das formas de avaliar o subsídio implícito nas taxas de juros praticadas no crédito rural é compara-las à taxa de inflação ou à taxa de juro do mercado. Se a taxa de juro do crédito rural for inferior à taxa de inflação ou à taxa de juro de mercado significa que o retorno do empréstimo não será suficiente para compensar o valor real inicial do financiamento, o que vai significar uma transferência de recursos financeiros subsidiados para o meio rural.

A sustentabilidade do financiamento *pro-pobre* (e *pro-género*) é uma das questões mais críticas no sector financeiro. A sustentabilidade no financiamento sugere a capacidade dos beneficiários conseguirem por si próprios desenvolver e ampliar as bases económicas e o tecido produtivo no meio em que se inserem independentemente de subsídios governamentais ou dos doadores.

Os diferentes argumentos em torno da sustentabilidade do financiamento, tem em vista alcançar a melhor maneira de ajudar as camadas desfavorecidas através do acesso aos serviços financeiros, todos eles convergem para as duas abordagens já referidas, não obstante, ambas demonstrarem total cometimento na provisão dos serviços financeiros aos mais pobres, divergindo embora na forma como devem beneficiá-los (SCHRÖDER, 2005 citado por NHAMGOMBE, 2012).

A baixa rentabilidade que se regista no meio rural, com destaque para o sector agrário, constitui um dos motivos que leva esse meio a beneficiar-se de subsídios. O objectivo é compensar a desvantagem natural de que o sector agrário é característico, uma vez que este sector não está em condições de remunerar as taxas de juro oferecidas pelo mercado.

A luz dessas correntes de pensamento, adiante poderá se perceber que o FDD é um instrumento de crédito subsidiado, oferecido a uma taxa de juro abaixo da taxa de juro de mercado e que o Governo tem em vista alcançar as camadas desfavorecidas no acesso ao financiamento (GULLO 2001 citado por NHAMGOMBE, 2012).

2.6. Constrangimentos da Produção Rural

Segundo BUAINAIN *et al.*, (2007) das experiências extraídas do Brasil, há um conjunto de variáveis que explicam o afastamento ou a menor contribuição da maior parte dos agricultores no processo do desenvolvimento económico. Os autores destacam as seguintes variáveis, mais frequentes:

- (i) Falhas na distribuição do recurso Terra;
- (ii) Baixo nível tecnológico;
- (iii) Dificuldade de acesso ao financiamento e aos mercados;
- (iv) Baixo nível educacional;

(v) Deficiência das políticas públicas.

Os mesmos autores destacam que o financiamento exerce um papel determinante no desenvolvimento económico, particularmente nas sociedades baseadas em economias de mercado e no empreendedorismo privado. Destaque vai mais para o sector agro-pecuário onde há riscos adicionais associados a factores climáticos e à maior rigidez para se ajustar às flutuações do mercado.

Segundo os mesmos autores, o produtor agro-pecuário é mais vulnerável e dependente dos recursos externos para financiar a produção corrente e para realizar investimentos necessários com vista a manter ou a elevar a sua competitividade, sobretudo o pequeno agricultor. Este enfrenta restrições adicionais, tanto em relação à sua capacidade produtiva, bem como à débil estrutura económica que o caracteriza.

GULLO (2001), num estudo sobre os problemas de reembolso do fundo estadual de apoio ao desenvolvimento rural no Brasil, referente a um período de 10 anos (cuja metodologia consistiu em mapear a ênfase em regiões e por actividade financiada), concluiu que a falta de reembolso foi significativa para o financiamento feito aos grupos ou associações devido a erros sucessivos de planificação e de gestão dos créditos recebidos e também devido à fraca capacidade na elaboração de projectos.

2.7. Teoria Macroeconómica

Quando se fala de bem-estar dos produtores agrários particularmente é numa vertente microeconómica mas que influencia em toda economia na vertente macroeconómica, porque não só toca a produtividade mas também insere a empregabilidade dos projectos, o factor auto-emprego, o padrão de vida dos produtores e da comunidade onde o projecto esta inserido. A estabilidade macroeconómica é fundamental para um crescimento económico inclusivo e a redução da pobreza num contexto em que a economia moçambicana é influenciada pelos choques externos como a subida de preço internacionais de alimentos e combustível. Não obstante, para impulsionar o crescimento e transformação da economia nacional de modo a gerar emprego, é essencial criar condições macroeconómicas competitivas que dinamizem a economia nacional através de uma taxa de inflação baixa e a estabilidade cambial, sem descurar a competitividade externa do País. Para chegar aos níveis de investimento público necessário para apoiar a sustentabilidade do crescimento económico e do desenvolvimento sócio-económico, será necessário aumentar

as receitas do Estado através da melhoria dos impostos directos, e acelerar o crescimento do investimento público superior ao crescimento do consumo público (PARP 2011, *citado por* NHAMGOMBE 2012).

2.8. Abordagem do bem-estar económico e social

A família assumiu-se tradicionalmente como unidade de análise das condições de vida da população. Os processos de recomposição social das últimas décadas ditaram, porém, que o parentesco deixasse de ser considerado como o critério utilizado para a delimitação de “agregados com práticas de vida suportadas por um orçamento comum” (RODRIGUES, 2007).

O conceito de agregado doméstico substituiu assim o de agregado familiar enquanto unidade de observação estatística. O INE define “agregado doméstico privado” como sendo o “conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco”. Embora este tipo de aproximação metodológica resulte no apuramento da distribuição do rendimento entre indivíduos, o agregado doméstico serve como unidade de referência a partir da qual se calcula o rendimento individual.

2.8.1. Abordagem do FIB¹

A análise de bem-estar em suas distintas dimensões, tem sido historicamente realizada sob duas grandes vertentes. A primeira delas consiste na tradicional medição neoclássica, a qual considera a renda, o PIB, a expectativa de vida e níveis de pobreza como indicadores de bem-estar. A segunda vertente inclui medidas subjectivas de bem-estar, obtidas através da auto-avaliação dos indivíduos sobre o próprio bem-estar, ou seja, incluem avaliações cognitivas e reflexivas sobre suas condições de vida (*citado por* VIDIGAL, 2011).

¹ É um indicador sistémico desenvolvido no Butão, pequeno país do Himalaias. O conceito nasceu em 1972, elaborado pelo rei butanês Jigme Singya Wangchuck *quaisquer que sejam as metas que tenhamos – e não importa o quanto essas metas mudem neste cambiante mundo – em última instância, sem paz, segurança, e felicidade, nada temos*. Considera-se o empreendedorismo social como geração ética de riqueza – produção de bens e serviços – para alcançar o bem-estar social e a sustentabilidade ambiental, cultural, económica e social (citado por Lustosa e Melo s/d).

Em primeiro lugar, assinala que o PIB é parte integrante do FIB, uma vez que o crescimento económico de fato promove o bem-estar e a felicidade dos mais pobres. O PIB não diz o que acontece com o cidadão comum.

O Indicador FIB é composto por nove dimensões (LUSTOSA & MELO s/d), nomeadamente:

Bem-estar psicológico – avalia o grau de satisfação e de optimismo que cada indivíduo tem em relação a sua própria vida. Os indicadores incluem a prevalência de taxas de emoções positivas e negativas, e analisam a auto-estima, sensação de competência, estresse, e actividades espirituais.

Saúde – mede a eficácia das políticas de saúde, com critérios como auto-avaliação da saúde, invalidez, padrões de comportamento arriscados, exercícios, sono, nutrição.

Uso do tempo – o uso do tempo é um dos mais significativos factores na qualidade de vida, especialmente o tempo para lazer e socialização com família e amigos. A gestão equilibrada do tempo é avaliada, incluindo tempo no trânsito, no trabalho, nas actividades educacionais.

Vitalidade comunitária – foca nos relacionamentos e interacções nas comunidades. Examina o nível de confiança, a sensação de pertencimento, a vitalidade dos relacionamentos afectivos, a segurança em casa e na comunidade, a prática de doação e de voluntariado.

Educação – leva em conta vários factores como participação em educação formal e informal, competências, envolvimento na educação dos filhos, valores em educação ambiental.

Cultura – avalia as tradições locais, festivais, valores nucleares, participação em eventos culturais, oportunidades de desenvolver capacidades artísticas, e discriminação por causa de religião, raça ou género.

Meio ambiente – mede a percepção dos cidadãos quanto à qualidade da água, do ar, do solo, e da biodiversidade. Os indicadores incluem acesso a áreas verdes, sistema de colecta de lixo, saneamento.

Governança – avalia como a população enxerga o governo, a mídia, o judiciário, o sistema eleitoral, e a segurança pública, em termos de responsabilidade, honestidade e a transparência. Também mede a cidadania e o envolvimento dos cidadãos com as decisões e processos políticos e, principalmente, com a construção de políticas públicas.

Padrão de Vida – avalia a renda individual e familiar, a segurança financeira, o nível de dívidas, a qualidade das habitações, saúde educação.

De acordo com os autores o nível de bem-estar económico não está sujeito apenas a satisfação individual e no momento presente, mas também à satisfação de toda a sociedade e a sua segurança económica futura. A preocupação com o bem-estar colectivo faz com que os indivíduos valorizem políticas que tenham por objectivo a distribuição de renda e a sustentabilidade, sobretudo devido ao grande efeito sobre toda sociedade (*citado por VIDIGAL, 2011*).

2.8.2. Abordagem do Bem-Estar Social e Económica em Moçambique

Moçambique tem estado a registar avanços significativos em termos de desenvolvimento sócio económico. Estes progressos foram impulsionados pela estabilidade macroeconómica e crescimento acelerado da economia, que traduziu-se num crescimento médio anual do PIB na ordem de 7.6%, e um rendimento per-capita médio anual de 5%, no período 2005-2009.

Os indicadores de desenvolvimento humano, acesso à educação (tanto a nível primário como secundário), assim como o acesso melhorado aos serviços de saúde, particularmente nas áreas rurais, aumentos na posse de bens duráveis pelas famílias e melhorias na qualidade de habitação, atestam as tendências positivas importantes do desenvolvimento ao longo prazo, assim como o sucesso no alcance de prioridades governamentais estratégicas.

A proporção da população com acesso a escola aumentou de 30,8%, em 2002-03 para 37,3%, em 2008-09. A percentagem de mulheres analfabetas reduziu significativamente entre 2004 e 2008 de, 54% para 40,8%. Igualmente registou-se progresso na redução da disparidade de género nos ingressos no ensino básico.

A percentagem da população com acesso a uma **unidade sanitária** a menos de 45 minutos a pé aumentou de, 55% para 65% entre 2002-03 e 2008-09, com maiores ganhos

para as zonas rurais (especialmente no norte do país) comparado com as zonas urbanas, onde se observa uma redução da população com acesso a uma unidade sanitária a menos de 45 minutos de distância, reflectindo a expansão rápida das zonas urbanas.

A taxa de **mortalidade infanto-juvenil** reduziu de 245.3 mortes em cada mil nascidos vivos, em 1997 para 138 por mil, em 2008 e a taxa de **mortalidade infantil** reduziu de, 143.7 mortes por mil nascidos para 93 mortes por mil, entre 1997 e 2008. A taxa de **mortalidade materna** reduziu de, 692 para 500 mortes em cada cem mil nascimentos vivos, entre 1997 e 2007.

Não obstante os progressos assinalados, no geral as disparidades entre as zonas ainda são notórias, sendo que, as pessoas em zonas urbanas têm maior acesso a serviços sociais básicos comparativamente a população vivendo nas zonas rurais, em parte justificada pela fraca densidade populacional (PARP, 2011).

CAPITULO III. METODOLOGIA

A metodologia deve ser entendida como o conjunto detalhado e sequencial de métodos e técnicas científicas que foram executados ao longo da pesquisa, de tal modo que se consiga atingir os objectivos inicialmente propostos e, ao mesmo tempo, que atendem aos critérios de menor custo, maior rapidez, maior eficácia e maior confiabilidade de informação (DUTRA, 2006 *citado por* ANTÓNIO 2013).

3.1. Descrição Da Área De Estudo (Distrito de Gondola)

a) Localização geográfica

O distrito de Gondola está situado na zona central a Leste da província de Manica, com uma superfície¹ de 5.739 km². Tendo como limites: a Sul o rio Revué, que estabelece a separação do distrito de Sussundenga; a Nordeste o distrito da Gorongosa (província de Sofala), a Este o distrito de Nhamatanda (província de Sofala) e a Sudeste o distrito do Buzi (província de Sofala); a Norte o rio Pungué separa-o dos distritos de Macossa e Barue; e a Oeste confina com o distrito de Manica.

b) Divisão administrativa

O distrito de Gondola tem, para além da vila do mesmo nome e capital do Distrito, seis postos administrativos: Inchope, Cafumbe, Amatongas, Zembe, Macate e Matsinho, que por sua vez estão subdivididos em 17 localidades. É neste mesmo Distrito que se situa a cidade de Chimoio, capital da província de Manica (MAE, 2005).

c) Característica sócio económicas

População

Com 237.600 habitantes, o distrito de Gondola tem uma densidade populacional de 41.2 hab/km².

A população é jovem (46%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina

(taxa de masculinidade de 49%) e de matriz rural (taxa de urbanização² de 14%).

Das 51.765 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico nuclear com filhos (36%, isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3 a 5 membros.

A estrutura estaria da população do Distrito reflecte uma relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 10 pessoas em idade activa.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população do distrito é abastecida por poços e furos (65%) ou recorre directamente aos rios ou lagos (29%) (MAE, 2005).

Na ausência de oferta de emprego nos sectores formais, os munícipes recorrem a actividade de carácter informal como agricultura, que é a principal fonte de obtenção de rendimento.

Educação e saúde

Elevando para 91 o número de escolas do distrito em 2003 (77 do ensino primário nível 1, 13 do nível 2 e uma do ensino secundário geral I), que são frequentadas por cerca de 46 mil estudantes ensinados por 740 professores. Para além deste efectivo, existem no distrito 14 escolas do EP1 e 1 do EP2 comunitárias e privadas, com um total de 40 professores e cerca de 2.500 alunos. O número de centros de alfabetização de adultos cresceu para 97, com cerca de 2.300 alfabetizandos e 177 alfabetizadores.

O distrito está dotado de 1 Centro de saúde de nível I, 9 do nível II/III e 1 Posto de saúde com um total de 54 camas e 38 técnicos e assistentes de saúde.

O crescimento da rede escolar e de saúde desde 2000 e a melhoria do atendimento do pessoal têm permitido aumentar o acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Educação e da Saúde que, porém, está ainda a um nível bastante insuficiente (MAE, 2005).

3.2. Métodos e técnicas de recolhas de dados

3.2.1. Tipo de pesquisa

A presente pesquisa é de natureza descritiva. Segundo GIL (2000), a pesquisa descritiva tem como objectivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Uma das suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de colecta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2008).

Entretanto, este processo serviu para identificar, descrever e explicar como funciona o processo de financiamento do FDD no Distrito de Gondola, bem como para o estudo do impacto que esse fundo causa na economia dos produtores agrícolas.

3.2.2. Etapas da pesquisa

Para obtenção de dados e informação com vista a execução do relatório final observou-se as seguintes etapas:

a) Primeira etapa

Pesquisa bibliográfica ou pode se afirmar fontes secundarias: é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e tem a vantagem de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar directamente (GIL, 2008).

No entanto consistiu na análise de várias obras literárias, trabalhos académicos (teses, dissertações, monografias, entre outros), publicações periódicas (revistas, artigos de notícias), documentos jurídicos (diplomas ministeriais, decretos lei e legislação).

b) Segunda etapa

Estágio e recolha de dados:

Na segunda fase, respeitante ao estudo de caso, fez-se a recolha de dados e informação num período determinado de três meses nomeadamente Setembro a Novembro no SDAE (2013) de Distrito de Gondola, nos sectores de contabilidade e gerência do FDD. Nesse mesmo período foi possível realizar a ida ao campo junto com os técnicos superiores e com alguns extensionistas.

Pesquisa documental²

Assim sendo, foram analisados documentos contabilísticos da gerência do FDD, Relatórios de Execução Orçamental, lista de valor concebido aos mutuários no período de 2007 a 2012, reembolso efectuado no mesmo período em estudo, produções registadas no mesmo período.

Entrevista³

As entrevistas decorreram de 1 de Outubro a 8 de Novembro de 2013, sob permissão do Administrador do distrito de Gondola e do Governo local do distrito, foram conduzidas por via de questionários, onde 60 beneficiários distribuídos em grupo de 9, alguns agregados dos beneficiários pertencentes respectivamente aos postos administrativos. As entrevistas foram conduzidas por mim, acompanhada do representante do SDAE de Gondola que é o supervisor do FDD e extensionistas de cada posto administrativo, os quais foram designados pelo Governo Local de Gondola.

A obtenção das fontes primárias, através de entrevistas dirigida, nomeadamente, ao planificador e gestor de órgãos do Governo, CPI - Delegação de Manica e DPA – Manica ao Oficial do Programa FDD, funcionário (técnico superior) do SDAE de Gondola, ao Chefes do posto administrativo nomeadamente de Inchope, Amatongas, Cafumbe, Macate, Matsinho, Zembe. Que se pautou por entrevista com base um questionário realizado aos extensionistas de cada posto administrativo, e a parte de beneficiários do FDD, aos membros da família dos beneficiários.

Observação directa

² É muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objectos da pesquisa (Gil 2008)

³ É definida como sendo a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com objectivo de obter dados que interessam à investigação (Gil, 2002 *citado por* Dutra 2006).

A observação directa é considerada como método auxiliar de colecta de dados porque forneceu uma série de informações relevantes para o estudo (GIL, 2008). Assim, no local de produção, nesta pesquisa a observação serviu para confrontar os dados qualitativos obtidos no SDAE com a realidade vivida pelos produtores.

c) Terceira etapa:

Elaboração do relatório final

Depois da recolha de dados seguiu-se a fase do seu processamento, análise e interpretação que se baseou nos seguintes métodos, técnicas e instrumentos:

O método quantitativo: tanto na colecta quanto no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, objectivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança; (DIEHL, 2004)

O método qualitativo: por sua vez, descreve a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos. (DIEHL, 2004)

Os dados quantitativos foram recolhidos a partir dos relatórios orçamentais do FDD, produções obtidas, onde os mesmos facilitaram através do MS Excel a construção de tabelas, quadros e gráficos que permitiram a sua análise, compreensão e interpretação. Por outro lado, optou-se pelo uso de alguns métodos estatísticos como as percentagens, cálculo da média e delineamento da amostra.

Os dados qualitativos recolhidos nas entrevistas foram sujeitos a análise da informação para a confrontação dos dados obtidos nas entrevistas e os dados recolhidos na pesquisa documental e na revisão de literatura do respectivo tema. Após a análise e interpretação dos dados, seguiu-se a compilação do relatório final e o mesmo foi possível através do uso do pacote MS Word para a descrição de todos os fenómenos constatados durante a pesquisa.

O método comparativo: procede pela investigação de indivíduos, classes, fenómenos ou factos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Sua

ampla utilização na Economia deve-se ao facto de possibilitar o estudo comparativo de fenómenos separados pelo espaço e pelo tempo (GIL, 2002).

No método comparativo permitiu comparar a situação de alguns produtores antes e depois da implementação do FDD e a influência ou os impactos causado pelo mesmo no rendimento e na vida dos produtores agrários.

3.2.3. Amostra da pesquisa

Para a selecção de elementos para a composição da amostra, foi usado o método de amostras aleatória simples⁴ que é uma técnica segundo a qual cada um dos elementos (sujeitos) que compõe a população alvo tem igual probabilidade de ser escolhido para fazer parte de uma amostra. Com uma população de produtores agrários de 67 beneficiados no ano de 2007. A selecção dos entrevistados foi feita de forma aleatória simples, para os 67 mutuários singulares assim como de associações, tendo um resultado de 54 de amostra, tendo em conta que o distrito tem 6 postos administrativos, nomeadamente Inchope, Cafumbe, Amatongas, Zembe, Macate e Matsinho. Contudo, em cada local foram inqueridos 9 mutuários.

Para o cálculo da amostra:

$$n = \frac{\sigma^2 p \cdot q \cdot N}{e^2(N - 1) + \sigma^2 p \cdot q}$$

n- tamanho da amostra

- nível de confiança escolhido, expresso em numero de desvio padrão (95%)

p- percentagem do fenómeno

q- percentagem complementar

N- tamanho da população

e- erro máximo permitido (3%)

3.2.4. Variáveis em análise

⁴ A amostragem aleatória simples consiste em elaborar uma lista numérica de elementos de onde se tira, com a ajuda de uma tabela de números aleatórios, uma série de números para constituir a amostra (Pocinho e Figueiredo, s/d).

A avaliação de impacto preocupa-se com as transformações sociais e económicas geradas pelas políticas públicas nos grupos sociais atingidos pela acção pública, observando se tais consequências puderam ser previstas ou não, se foram directas ou indirectas, se trouxeram mudanças de comportamento ou atitude, ou se foram de curto ou longo prazo. Assim, a avaliação de impacto busca colocar as preocupações redistributivas e normativas acima das preocupações de programação e de viabilidade políticas, voltando-se para os interesses mais legítimos da sociedade (PEDONE, 1986). Nesse sentido, SILVA & MELO (2000) estabelecem que a avaliação de programas refere-se fundamentalmente a avaliação de seu impacto, a qual diz respeito ao alcance dos resultados pretendidos, a médio e longo prazo, ao mesmo tempo em que se refere à “relação entre os resultados de uma intervenção ou programa, em termos de efeitos sobre a população alvo (impactos observados), e os objectivos pretendidos (impactos esperados), traduzidos pelos objectivos finalísticos da intervenção” (BRASIL, 2010).

Indicadores em estudo

A presente pesquisa vai centrar-se análise de dois indicadores de primordial importância, que a partir deles pode ser possível analisar o impacto que o FDD tem para o desenvolvimento da economia dos produtores agrícolas, passando a ter a seguinte redacção:

Indicador económico

Representa essencialmente informações do comportamento (individual ou integrado), das diferentes variáveis e fenómenos componentes de um sistema económico de um país, religião e são expressos em valores numéricos e representam um conjunto de dados estatísticos, (RIBEIRO & DIAS, 2003).

Na presente pesquisa centrou-se em analisar o desembolso, o reembolso e postos de emprego gerados.

Indicador social

Indicador social é um instrumento operacional e uma medida em geral qualitativo, que serve para monitoramento da realidade social, para fins de formulação de políticas e reformulação de políticas públicas (HAUP & KANE 2000 *citado por* CAMBEMBE 2014).

Para presente pesquisa procurou-se analisar indicadores: educação e ensino, saúde e saneamento básico, transporte, infra-estruturas como habitação, acesso energia e água potável.

3.3. Limitações do Trabalho

O medo e a ansiedade constituíram-se simultâneo como um constrangimento e um desafio para quem ainda é novo no mundo da pesquisa.

CAPITULO IV. RESULTADO E DISCUSSÃO

Neste capítulo, apresenta-se os resultados do estudo como também discute-se os mesmos resultados. Estes foram recolhidos através da pesquisa bibliográfica de artigos e de entrevistas de alguns beneficiários e representante do CCD do SDAE de Gondola, e através da estatística descritiva como de técnicas comparativas foram analisadas os dados.

4.1. Caracterização dos produtores agrícolas do distrito de gôndola, financiados pelo FDD

Na sequência da entrevista realizada a 60 pessoas com idades variadas de 35 a 57 anos dos quais todas são beneficiárias de FDD com questões pré-elaboradas com ajuda do supervisor e depois uma pré-avaliação do CCD. Constatou-se que as mulheres são as que correspondem a minoria num número de cinco e os homens no número de cinquenta e cinco.

De acordo com os dados colhidos no campo observou-se que as mulheres são as que correspondem a minoria, num número de cinco e os homens no número de cinquenta e cinco. Neste distrito, produtores estão organizados em associações num número de trinta e duas (32) associações e vinte e oito (28) produtores de maneira individual. Assim sendo constatou-se que FDD incentiva os produtores agrícolas a optarem mais pela forma de financiamento colectivo em detrimento do financiamento individual, devido as numerosas vantagens e facilidades de pagamento que a mesma oferece, dada a experiência negativa que a instituição tem em conceder crédito individual devido a fraca capacidade de reembolso por parte dos mutuários.

Deste modo este mecanismo adoptado pelo FDD, vai de acordo com a visão de ATHMER & VLETTER (2006) em que defendem que o uso do financiamento colectivo

deve ser mais adoptado nas zonas rurais, por ser considerado mais eficiente uma vez que a responsabilidade dos custos é repartida por todos os membros do grupo. Sendo assim estes mecanismos que diminui os custos de transacção, facilitam o acesso aos serviços financeiros, não demandam garantias reais e ajudam a diminuir as taxas de juros.

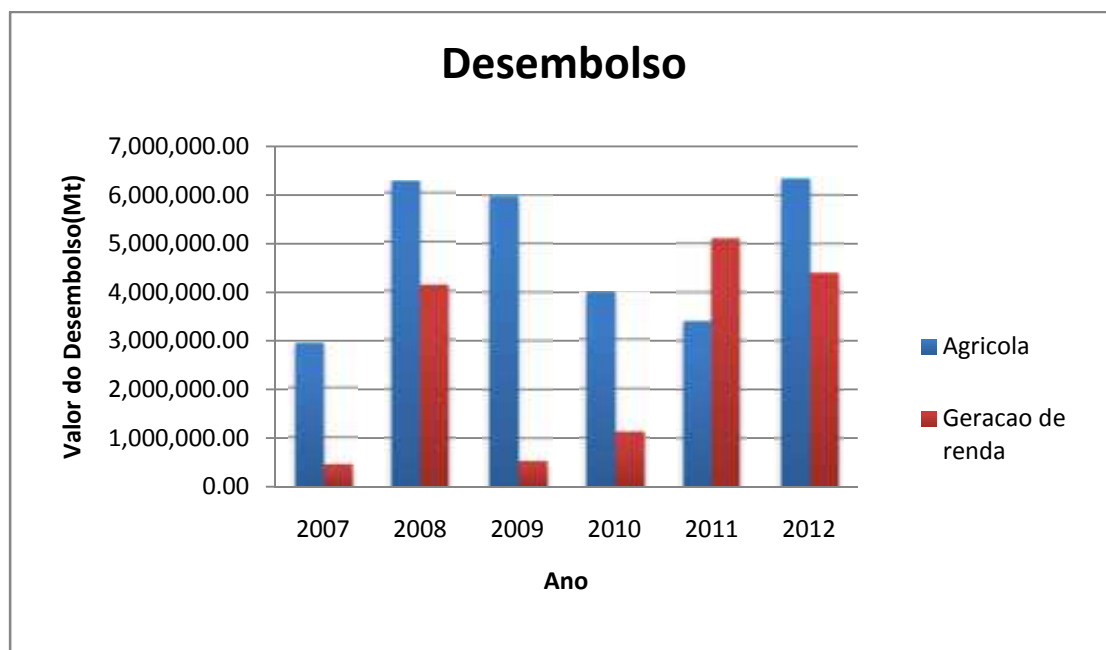
Também verificou-se que quinze produtores estão escolarizados e têm em média cinco filho. Eles cultivam em média 3 hectares, produtos agrícolas como milho, tomate, pepino, couve, repolho, pimenta, cebola, feijão verde, feijão manteiga, feijão nhemba, batata-doce, batata Reno e mandioca, cultivando com a finalidade de obter de rendimento, partindo de uma agricultura de subsistência ou de baixo rendimento para uma agricultura integrada. Sobre os mecanismos de gestão do fundo, cerca de 70% que corresponde a 42 pessoas dos entrevistados acreditavam que os beneficiários tinham acesso ao fundo, porque apresentavam planos credíveis, enquanto 30% que corresponde a 18 mutuários compreendiam que o tinham por influência dos governantes locais ou membros dos conselhos locais.

4.2. Tendências evolutivas do financiamento do FDD no período de 2007 a 2012

4.2.2. O desembolso no sector agrícola

Para analisar-se as tendências evolutivas do financiamento do FDD no período em estudo, procurou-se observar o comportamento no que se refere ao valor disponibilizado para o sector agrícola e para a geração de renda.

Gráfico nº 1: Desembolso (2007-2012)



Fonte: SDAE- (2013)

De acordo com o gráfico número 1, no período de 2007 a 2012, no Distrito de Gondola foi alocado um montante global para o sector agrícola na ordem de 28.831.349,67Mt. Menor valor de desembolsado agrícola foi observado no ano 2007 que foi de 2.902.636,96Mt isso foi causado pela falta de definição dos objectivos para qual foi direccionado o FDD e a aplicação do fundo em reabilitações de infra-estruturas do distrito, tal fenómeno que diverge dos verdadeiros objectivos do FDD citados pelo MAE (2011), ao afirmar que o valor do FDD deve ser direccionado para criar acções que visam estimular o empreendedorismo a nível local, beneficiando pessoas pobres, mas economicamente activas e que não têm acesso ao crédito bancário; O mesmo autor ainda afirma que o valor deve ser para desenvolver actividades de produção e comercialização de alimentos, criação de postos de trabalho permanentes ou sazonais, assegurando a geração de rendimento; e por fim diz que deve ser para acções que visam melhorar as condições de vida, relacionadas com as actividades económicas e produtivas das comunidades.

No período de 2009 a 2011 verificou-se um decréscimo contínuo do valor do desembolso agrícola esse fenómeno foi causado pela reprovação de maior número de projectos agrícolas com a justificação da má elaboração dos projectos agrícolas (baixo numero de empregabilidade), dado que os projectos não coadunavam com os critérios de elegibilidade dos projectos descritos pelo MAE (2011) ao afirmar que são financiáveis as acções que concorram para geração de emprego permanente e/ou

sazonal, para produção de comida e geração de renda para os produtores e suas famílias.

O Maior desembolso agrícola observado foi no ano de 2012 no valor de 6.334.458,28Mt do mesmo ano (vide o guião no apêndice 2), que foi o ano com maior número de projectos aprovados e também o ano com maior número de empregabilidade.

Para o caso da geração de renda, no período de 2007 a 2012, o gráfico apresenta uma tendência oscilatória. no Distrito de Gondola foi alocado um montante global para geração de renda 15.742.713.62Mt, um montante mais baixo em relação ao desembolso agrícola.

O ponto mais baixo observou-se em 2007, causado pela rejeição de maior número de projectos, por não obedecer os critérios de elegibilidade de projectos adoptadas pelo Fundo de Desenvolvimento Distrital, como baixo índice de empregabilidade e com baixa lucratividade. Este resultado não se enquadra com FERNANDES (2008) citado por CAMBEMBE (2013), que assegura que os impactos económicos do financiamento têm a ver com o aumento do nível de rendimento dos beneficiários do crédito, aumento do nível de posto de emprego;

O ponto mais alto foi observado no ano de 2011 no valor de 15.742.713.62Mt, que foi o ano com maior desembolso e o ano com maior número de projectos aprovados.

Gráfico n° 2: Desembolso geral (Mt)



Fonte: SDAE- (2013)

De acordo com o gráfico número 2, no período de 2007 a 2012, no Distrito de Gondola foi alocado um montante global na ordem de 51.813.070,19 Mt (Cinquenta e um milhões, oitocentos e treze mil, e setenta Meticais) (vide o guião no apêndice nº 4), tendo investido um total de 832 Projectos, sendo 399 projectos de produção agrícola e 433 para os outros sectores (vide o guião no apêndice 3).

4.3. Indicadores económicos e sociais da contribuição do FDD na melhoria de condições de vida dos produtores agrícolas

4.3.1. Indicadores económicos

4.3.1.1. Empregabilidade do FDD no sector agrícola

Tabela nº 2: Postos de emprego

Ano	Posto de emprego	%
2007	52	5,1
2008	72	7,0
2009	93	9,1
2010	165	16,2
2011	134	13,1
2012	500	49,2
Total	1016	100

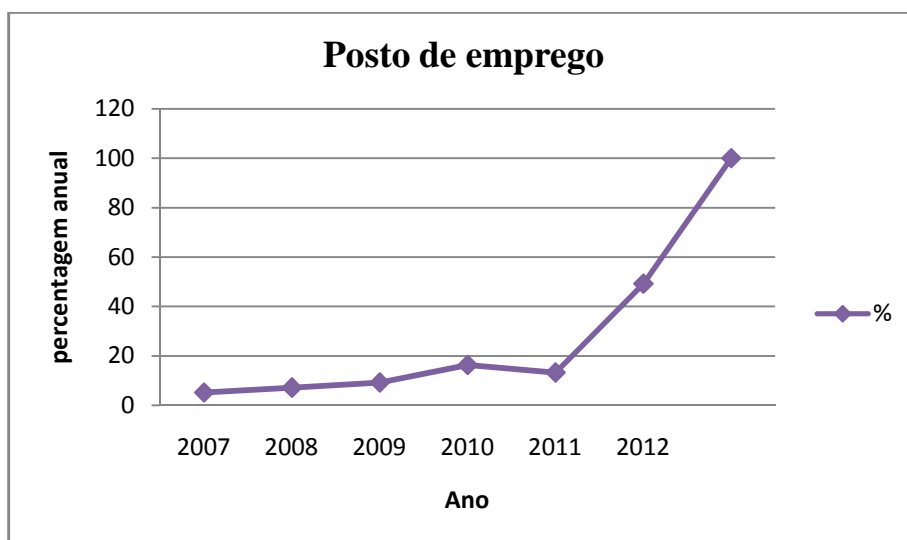
Fonte: SDAE- (2013)

De acordo com a tabela número 2, o FDD desde o ano da sua introdução, trouxe algum impacto nas variáveis que constituíram um dos principais objectivos da sua criação, nomeadamente no seguinte:

Um total de 1016 pessoas (de alguma forma, estavam excluídas do sistema financeiro) que tiveram o acesso ao emprego, tal fenómeno causado pela implementação do fundo, adjacente disso, melhorar as suas condições de vida;

Este fenómeno converge com um dos principais objectivos da instalação do FDD que diz: Os projectos devem gerar de emprego, todas as iniciativas que concorrem para a criação de empregos sazonais e/ou permanentes, postos de trabalho e elevação da renda dos indivíduos, das famílias, das associações e das pequenas empresas locais. Estes projectos devem simultâneamente estimular o empreendedorismo, geração de rendimento e criação de emprego e de postos de trabalho sustentáveis para a população local (MAE, 2011).

Gráfico n° 3: evolução da empregabilidade



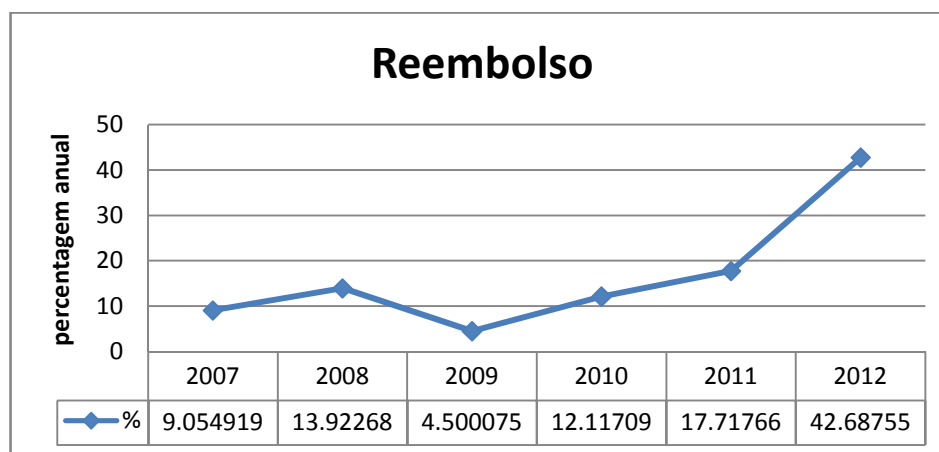
Fonte: SDAE- (2013)

De acordo com o gráfico número 3, pode se afirmar em relação a empregabilidade do ano 2007 a 2010 apresenta uma tendência exponencial porem de num ritmo não acelerado no periodo de 2007 a 2010, tendo no ano de 2011 uma queda de 3% em relação ao ano anterior pois decresceu de 16% a 13%, o maior destaque está para o ano de 2012, tendo subido 49% da empregabilidade, isso está aliado ao facto de ter sido o ano com maior número de projectos aprovados e também o mesmo ano com maior desembolso para o sector em estudo no período em análise.

4.3.1.2. Reembolso agrícola

No que tange ao reembolso do Fundo com uma taxa de juro anual de 3.00% a 7.00%, com prazo de pagamento de 12 a 60 meses. Esta decisão visava favorecer os projectos de forma a estimular e garantir o incremento da produção alimentar no distrito de Gondola.

Gráfico n° 4: tendência evolutiva do reembolso (%)



Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados do SDAE

De acordo com gráfico número 4, o reembolso apresenta-se de forma exponencial porem num ritmo não acelerado de ano 2007 até o ano de 2012, o nível de reembolso é baixo dado que, o cumulativo de reembolso é de 6.297.405,45Mt (vide o guião no apêndice

5), tendo em conta que a taxa de juro do FDD para o sector agrícola é de 3%, uma taxa de juro abaixo da taxa de juro do mercado com o prazo de pagamento de 12 a 60 meses, maior número de mutuários já deviam ter reembolsado o valor.

Com menor reembolso para o ano de 2009 com o valor de 283.388,00Mt, justificam os beneficiários a falta de agências bancárias em quase todo o Distrito, o que tem acarretado custos adicionais no acto do reembolso, o que leva a desistência ou adiamentos sucessivos de alguns beneficiários.

Este fenómeno converge com o pensamento de GULLO (2001), que afirma que a falta de reembolso é significativa para o financiamento feito aos grupos ou associações devido a erros sucessivos de planificação e de gestão dos créditos recebidos dos membros das associações e também devido à fraca capacidade na elaboração de projectos.

No entanto pode-se verificar que nos anos seguintes a tendência foi crescente, com destaque para o ano de 2012 com reembolso de 2.688.208,00Mt, dado que para estes anos o CCD reafirmou e definiu os critérios de utilização do FDD aos mutuários.

Os indicadores económicos mostram que o FDD tem impacto positivo. Esta afirmação coaduna com a visão de (MUSSAGY, 2005 *citado por* CAMBEMBE 2014), em que defende que as acções dos novos empreendimentos passam ter um impacto económico positivo quando contribuem para o aumento do rendimento dos seus beneficiários, contribuindo também para abertura de novos horizontes, no caso em que o investimento é feito através de fundos obtidos (empréstimos, donativo), com vista ajudar a expansão das actividades dos beneficiários aumentando assim os seus níveis de renda. E também coadunam com os objectivos da implementação de FDD que afirmam que o FDD vem estimular o empreendedorismo a nível local, beneficiando pessoas pobres, mas economicamente activas e que não têm acesso ao crédito bancário e a criação de postos de trabalho permanentes ou sazonais, assegurando a geração de rendimento.

4.3.2. Indicadores sociais

4.3.2.1. Educação

No que concerne a educação, procurou-se analisar o grau de escolaridade dos produtores agrícolas, de modo a observar se após a concessão do crédito a maioria deles conseguiram ter acesso a educação escolar ou alguma capacitação de alfabetização e se nos

seus agregados familiares se verificou alguma mudança e se os seus filhos tiveram maior acesso ao ensino escolar.

Tabela nº 3: educação dos beneficiários

Educação	Beneficiários
Analfabetos	45
Alfabetizados	15
Total	60

Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados recolhidos no campo

De acordo com a tabela número 3, pode-se afirmar que dos 60 agricultores inqueridos, pode-se observar que mesmo após a obtenção do fundo o nível de escolaridade dos chefes dos agregados familiares continuou muitíssimo baixo o que, onde 45 beneficiários dos 60 produtores agrícolas que não sabem ler nem escrever. São alfabetizados, 15 beneficiários dos 60 produtores agrícolas inqueridos.

Quanto aos membros dos agregados familiares constatou-se que a maioria dos membros dos agregados familiares dos produtores agrícolas possuía acesso a educação escolar, dados que são apresentados na tabela que se segue:

Tabela nº 4: Educação dos filhos dos beneficiários

Educação de filhos	Nº de filhos	%
Frequenta a escola	150	52,4
Não frequenta	56	19,5
Idade não escolar	80	27,9
Total	286	100
Media	4,7	

Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados recolhidos no campo

Como ilustra a tabela acima pode se afirmar que o total de filhos dos 60 beneficiados é de 286, com uma media de 5 filhos por beneficiários, tal valor que afirma-se com clareza que foi influenciada pelos valores extremos dos dados, pois o numero de filhos varia de 0 a 10 (vide no guião do apêndice 5).

Contudo afirma-se que 150 filhos frequentam a escola, 56 em idade escolar não frequentam, apontam-se causas como ajudar nas tarefas domésticas, assim como ajudar o trabalho no campo e por coincidência este mesmo número de filhos que não frequenta a

escola faz parte do agregado que pertence ao número dos adultos analfabetos registados não frequentam a escola e 80 são filhos com idade não escolar.

4.3.2.2. Acesso a água potável

A partir dos dados descritos na tabela número 4 pode-se constatar que o acesso a água potável para os postos administrativos ainda é deficiente, como pode-se ver na tabela abaixo, nenhum beneficiário usufrui de água potável, onde mais do que a metade dos beneficiários 55% consomem e usam a água dos rios (Mucesso, Mussato e Muda) e lagoa (Gandula) mas fazendo o tratamento no seu domicílio com Certeza⁵. Somente 45% dos beneficiários tem poços e furos que se localiza nas suas respectivas residências.

Tabela nº 5: Acesso a água potável

Acesso a água	Nº de beneficiários	%
Canalizada	0	0
Rio/lagoas	33	55
Poço/ furo	27	45
Total	60	100

Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados recolhidos no campo

Figura nº 1: Certeza



Fonte: autora

4.3.2.3. Saúde

⁵ Produto usado para desinfecção e tratamento da água.

Dos 60 inqueridos todos afirmam que tem acesso a saúde e cuidados de sanidades básicas dado que a saúde é gratuita em Moçambique, a grande dificuldade apresentada foi pela grande distância a percorrer até a vila para casos de doenças que os postos de saúde das localidades não consigam resolver e a outra dificuldade verificada é a de casos de médias e grandes cirurgias, que normalmente são transferidos para o hospital da cidade capital (Chimoio).

4.3.2.4. Saneamento

No que concerne ao saneamento, dos 60 beneficiários, 75% dos beneficiários num número de 45 produtores agrícolas usufrui de casa de banho melhorada. Dado que alguns afirmam que beneficiaram do Programa de Saneamento a Baixo Custo⁶, criado pelo governo distrital.

No entanto 25% dos beneficiários que correspondem a 15 produtores agrícolas o usam de casa de banho precária.

Tabela nº 5: Tipos de casas de banho

Tipo de casa de banho	Nº de beneficiários	%
Casa de banho melhorada	45	75
Casa de banho precária	15	25
Total	60	100

Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados recolhidos no campo

4.3.2.5. Habitação

Neste segmento procurou-se observar a componente nível de habitação (tendo em conta o tipo de recurso usado distrito) dos produtores agrícolas em duas vertentes: a primeira que se subdivide em dois grupos dos agricultores que após a concessão do crédito conseguiram melhorar as suas condições vivendo em casas de matéria convencional (tijolos com a cobertura de chapas de zinco e tijolos com cobertura de palha). E a segunda

⁶ Programa que ocorreu no período de 2012 a 2013 pelo distrito.

dos agricultores que não conseguira melhorar as suas condições de habitação vivendo em casas de material precário (argila com cobertura de palha).

Tabela nº 6: Tipo de casa

Tipos de casa	Nº de beneficiários	%
Convencional (tijolo coberta de capa)	17	28,3
Precária (argila coberta de palha)	28	46,6
Tijolo coberta de palha	15	25
Total	60	100

Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados recolhidos no campo

No que diz respeito a habitação, 28% dos beneficiários que corresponde a 17 produtores agrícolas possuem de casas feitas de material convencional.

No entanto 25% dos beneficiários que representam 15 produtores agrícolas habitam em casas feitas de tijolos e cobertura de palha.

No que tange a 47% dos beneficiários que representa 28 produtores agrícolas usufruem de casas de material precário tal percentagem corresponde a 28 pessoas.

4.3.2.6. Acesso a energia

No que tange o acesso a energia verificou-se que após a concessão do crédito dos beneficiários em duas vertentes os que tem acesso a energia (corrente eléctrica e painel solar) e os que não tem nenhum tipo de energia.

Tabela nº 7: acesso a energia

Acesso a energia	Nº de beneficiários	%
Corrente eléctrica	17	28,3333333
Painéis solar	18	30
Nenhum tipo de energia	25	41,6666667
Total	60	100

Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados recolhidos no campo

De acordo com dados colhidos no campo, no que tange ao acesso a energia, 28% dos beneficiários que corresponde a 17 produtores agrícolas tem acesso a corrente eléctrica.

Numa percentagem de 30% dos beneficiários que corresponde a 18 produtores agrícolas usufruem de painéis solares.

Numa percentagem de 41% num universo de 25 pessoas dos beneficiários não fazem o uso e não tem o acesso há algum tipo de energia (corrente eléctrica ou painel solar).

4.3.2.7. Transporte

No que tange ao transporte analisou-se em duas vertentes, os que tem transporte (motorizada e bicicleta) e os que não possuem tipo de transporte.

No que diz respeito ao transporte, 47% dos beneficiários num universo de 28 pessoas não tem aquisição de transporte algum.

O outro restante numa percentagem de 28%, num número correspondente a 17 produtores agrícolas possui motorizada. A outra percentagem de 25% num número de 15 produtores agrícolas possui bicicleta.

Tabela nº 8: Transporte

Transporte	Frequência	%
Sem transporte	28	46,66666667
Motorizada	17	28,33333333
Bicicleta	15	25
Total	60	100

Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados recolhidos no campo

Analisando na vertente do impacto social pode-se observar que tende a ser positivo, tendo a maior parte dos produtores agrícolas que se beneficiaram do Fundo de Desenvolvimento Distrital melhorado as suas condições de habitação, vivendo na sua

maioria em casas de material convencional e melhoradas localmente (tijolos com a cobertura de chapas de zinco e tijolos com cobertura de palha), e com base no rendimento que auferiam muito deles conseguiram melhorar a deita alimentar dos seus agregados familiares, tendo também maior acessibilidade aos serviços básicos como acesso a água potável e energia eléctrica, estas mudanças que se verificaram na vida dos produtores convergem, com o objectivos da implantação do FDD que diz que o FDD visa a melhorar as condições de vida dos beneficiários, relacionadas com as actividades económicas e produtivas das comunidades (MAE, 2011). Quando os pobres têm acesso a serviços financeiros os seus rendimentos aumentam e os activos. Assim como a sua protecção diante de choques externos.

CAPITULO V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusão

Para uma melhor análise do impacto do FDD na economia dos produtores agrícolas com vista uma análise na vertente económica e social de Gondola, embora o estudo abarque o período compreendido entre 2007 a 2012, houve necessidade de analisar as transformações ocorridas nesse período.

Os agricultores cultivam em média 3 hectares e cultivam produtos como cereais (milho), hortícola nomeadamente tomate, pepino, couve, repolho, pimenta, cebola, feijão verde, também leguminosas como feijão manteiga e feijão nhemba e também tubérculos como batata-doce, batata Reno e mandioca. E eles encontram-se em maior número em associações.

O comportamento do desembolso teve uma tendência oscilatória, onde o montante global na ordem de 51.813.070,19 Mt (Cinquenta e um milhões, oitocentos e treze mil, e setenta Meticais), tendo investido um total de 832 Projectos.

No que tange o bem-estar económico, a empregabilidade verificou tendências crescentes ao longo dos cinco anos, tendo no total incluído 1016 pessoas que estavam excluídas do sistema financeiro. Os níveis de reembolso continuam baixos, o cumulativo de reembolso é de 6.297.405,45Mt.

Abordagens do bem-estar social, no que diz respeito a educação 52% dos filhos dos beneficiários frequentam a escola, 19,5% não frequenta a escola e 27,9% encontra-se em idade não escolar. No que tange a 45% dos beneficiários tem acesso a água do furo e dos poços, os outros restantes usufruindo apenas das águas dos rios e de lagoas. Todos afirmam que tem acesso a saúde e cuidados de sanidades básicas. Saneamento 75% dos beneficiários usa casa de banhos melhorada e 25% usa casa de banho precária. Habitações num número crítico 46,6% dos beneficiários habitam em casa de material precário (argila coberta de palha), 28% possui casa de material convencional e 25% habita em casa de tijolo com cobertura de palha. Acesso a energia, numa percentagem cumulativa de 58% usa energia (corrente eléctrica e painéis solares). Transporte, 47% não possui algum tipo de transporte e 54 % numa percentagem cumulativa usa motorizada e bicicleta.

Assim sendo, com base no estudo feito e nos resultados obtidos a partir da análise dos indicadores em estudo, pode-se dar resposta a pergunta de partida afirmando que o FDD têm um impacto positivo, contribuindo para o desenvolvimento da economia dos produtores agrícolas e consequentemente melhorando as suas condições de vida. Deste modo aceitando-se também a hipótese alternativa, de que o FDD contribui para o empoderamento dos produtores agrícolas e por via disso asseguram a redução da pobreza.

5.2. Recomendações

Os problemas identificados ao longo da produção deste trabalho permitiram a identificação de algumas formas de mitigação dignas de serem recomendadas. As recomendações são direccionadas para o Governo, o CCD (conselho consultivo do distrito) e os produtores agrícolas do distrito de Gondola:

- Ao governo que crie e mantenha infra-estruturas básicas necessárias como o mercado rural para facilitar a exposição dos produtos agrícolas;
- Ao governo que imponha sanções para os que não fazem o reembolso do valor;
- Ao Conselho Consultivo do Distrito, o fundo deveria ser simplesmente usado para o alcance dos objectivos traçados e não para outros fins não relacionados aos objectivos traçados;
- Para o Conselho Consultivo do Distrito, trabalhar no enquadramento da mulher no CCD e nos beneficiários para que haja existência de igualdade de género e oportunidade equitativa na comunidade;
- Ao SDAE, dar assistência e monitoria ao produtor agrícola, em toda a cadeia de produção;
- Aos produtores agrícolas para que façam o reembolso do financiamento para que haja rotatividade do fundo e gestão sustentável do fundo, que só pode ser alcançada pela rotatividade do fundo, para poder oferecer e alargar oportunidade aos que aguardavam pelo empréstimo e para aqueles que solicitam novos pedidos de financiamento;
- Para finalizar, recomenda-se que as estratégias a implementar sejam abrangentes a todos os sectores de actividade, visto que em alguns sectores há interdependência. Esta abordagem viria a contrariar o que se tem verificado na actualidade: dá-se prioridade alguns sectores em detrimento de outros.

VI. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANTONIO, Luiz; Análise do contributo das estratégias de atracção de investimento para o fluxo de investimento directo do estrangeiro no sector da agricultura (2005-2011).

Licenciatura em economia Agrária. UEM-ESUDER. 2013

ARAUJO, Diogo Ferreira; Análise da viabilidade económica de novos projectos, UCAM.

Rio de Janeiro Dezembro de 2010

Disponível em: <<http://www.economia.com>> Acesso em: 6 de junho. 2011.

ATHMER, Gabrielle & VLETTER, Fion. O Mercado microfinanceiro em Maputo: Oferta, Procura e Impacto. Um Estudo de Casos do Novo banco, da Socremo e da Tchuma (2006).

BERGO, César Augusto Moreira; Conceitos básicos da Economia; Maio 2011

Disponível em: <<http://www.notapositiva.pdf.com>> Acesso em: 5 de Dezembro. 2011.

BEZERRA et al; Políticas Públicas de Empreendedorismo no Brasil; levantamento e análise. VIII EGEPE; Goiana 24 a 26 de Março 2014

Disponível em: <<http://www.politicas publicas.pdf.com>> Acesso em: 7 de Outubro . 2011.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 224793. Brasília: CGU, 2009.

Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/relatorios/RA224793/RA224793.pdf>> Acesso em: 3 mar. 2011.

CAMBENE, Michael Armindo. Impacto dos serviços das Instituições de Micro finanças para o desenvolvimento da economia dos produtores agrícolas do distrito de Boane no período de 2008-2012. Estudo de caso CCOM. Licenciatura em economia Agrária UEM-ESUDER. 2014.

CUNGUARA, Benedito. O sector agrícola em Moçambique: Análise situacional constrangimentos e oportunidades para os crescimento agrícola. IFPRI, Maputo 21 de 07 de 2011

Disponível em: <<http://www.sectoragrario.pdf.com>> Acesso em: 14 de Março 2012.

EDUARDO, Rosana. Análise do Impacto dos impostos e taxas autárquicas para o Desenvolvimento sócio económico do Município de Maxixe no período de 2008-2012.

Licenciatura em economia Agraria UEM-ESUDER; 2014

Fundo de Desenvolvimento Distrital: Mais emprego e renda na província do Maputo. *Notícias*, 8.Abr.2011

GIL, António Carlos (1988). Técnicas de Pesquisa em Economia. 1ª Edição. Editora Atlas. São Paulo.

GIL, António Carlos; Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias. 4ª Edição. Editora Atlas. São Paulo (2002).

GOLDEMBERG, Arnaldo. Crédito rural, títulos de crédito rural, enfoques.

Disponível em:

<http://www.uva.br/icj/artigos_de_professores/Prof.%20Arnaldo%20Goldemberg%20CR EDITO%20RURAL>

GORAZZA, Gentil; Teoria Económica E Estados (Quesnay A Keynes). Porto Alegre. 1985

IBIS; Relatório de Análise de FDD na óptica do género (Majune Muembe, Mecanhelas, Mandimba). Maputo Outubro de 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Projeções Anuais da População Total Urbana e Rural dos Distritos da Província de Manica (2007-2040).

LUSTOSA, Albert Elias; MELO, Lucelena Fátima; Felicidade Interna Bruta (FIB); índice de desenvolvimento sustentável (2014)

Disponível em: <<http://www.FIB.com>> Acesso em: 3 mar. 2011.

MADER, Associativismo e cooperativismo, em extensão Rural, Ano 1.nº 3, pag. 50
MADER, Maputo; 2000.

NUVUNGA, Boaventura; Reforma agrária e desenvolvimento Rural em Moçambique situação actual e perspectivas; 2006.

Plano De Acção Para Redução Da Pobreza (PARP 2011-2014); Aprovado na 15ª secção ordinária no conselho de Ministros; 3 de Maio de 2011.

PEDONE, L. Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas. Actualização para Dirigentes e Gerentes da Área Pública. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986.

PEREIRA, Francisco Hevilasio F. Agricultura geral. Origem e evolução da agricultura; UFCG (s/d)

POCINHO, Margarida; FIGUEREDO, João Paulo. Bio-estatística (2011)

Disponível em: <<http://www.estatistica.com>> Acesso em: 12 de abr. 2012.

PIMENTEL, Andreia Eloisa Bueno; MATUSSE, Joana Manuel. FDD: Funcionamento, Entraves e Potencialidades. UNESP. Araquara. 2013

RIBEIRO, Vamersonchwingel; DIAS, Joilson. Indicador de actividade económica: ECOPAR II(2003).

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. O Processo de Implementação de Políticas Públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projectos. Caderno de Pesquisa 48. Campinas: NEPP/UNICAMP, 2000.

SOUTO, Amélia Neves de; Vozes dos Pescadores: Alguma reflexão sobre o FDD em Cabo Delgado; Maio 2012.

VIDIGAL, Cláudia Bueno Rocha. Índice de bem-estar económico: uma proposta para os estados brasileiros; Piracicaba 2011

YAZBEK, M. C. Classes subalternas e assistência social. São Paulo: Cortez, 1999.

Leis e Decretos

Decreto nº90/2009 de 31 de Dezembro de 2009. Cria em cada Distrito o Fundo Distrital de Desenvolvimento. *Boletim da República*, nº 52, I Série, 8º Supl. de 31 de Dezembro de 2009, p.394-(104) a 394-(106)

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Lei que Aprova o Orçamento do Estado para 2006. *Boletim da República*, I série, nº51, 4º suplemento, de 23 de Dezembro de 2005.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Maputo; Ministério da Agricultura (MINAG); Direcção da Economia; Departamento de Inquérito Agrícola, 2006.

APÊNDICE e ANEXOS

Apêndice número 1

Questões direccionado ao SDAE

1. Quantos projectos foram submetidos (2007-2012)?
2. Quantos foram aprovados?
3. Quantos projectos estavam direccionados ao sector agrícola?
4. Quantos projectos do sector agrários formam aprovados?
5. Quantos obtiveram sucessos?
6. Quantos postos de empregos gerados nos projectos?
7. Quantos postos de empregos gerados pelos projectos do sector agrário?
8. Quantos empregos permanentes?
9. Qual é o grau de devolução do dinheiro?
10. De que modo o FDD esta influenciar o processo de desenvolvimento económico?
11. Será que o objectivo de incremento da produção alimentar e de auto emprego esta sendo alcançado?
12. Qual é o grau de eficácia do FDD em termos de variação dos volumes produção e auto-emprego?
13. Total dos produtores agrícola antes e depois do FDD?

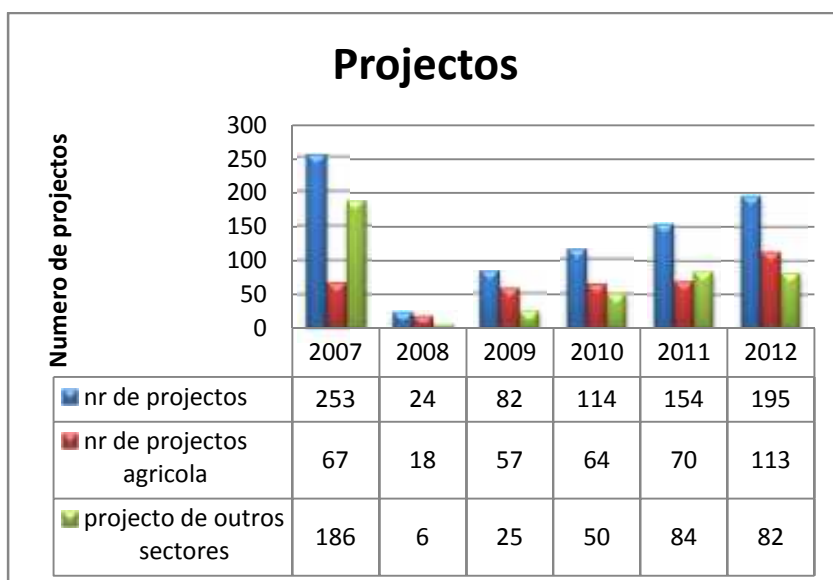
Apêndice número 2

Questionário aos beneficiários do FDD

1. Nome da associação/produtor Agrícola?
2. Há quanto tempo pratica as actividades agrícolas/pecuária?
3. Há quanto tempo usa ou se beneficia do FDD?
4. Quantos tipos de cultura prática?
5. Fornece apenas para o mercado local ou também fornece para outras localidades de do distrito?
6. Conseguia produzir em que quantidades antes de ter acesso ao FDD?
7. Quais foram as mudanças verificou até agora (saúde, educação, habitação)

Apêndice número 3

Números de projectos submetidos



Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados do SDAE

Apêndice número 4

Valores de desembolso

Ano	Desembolso geral	Desembolso agrícola	Desembolso da geração de renda
2007	7714911,96	2.902.636,96	463750
2008	7201090,5	6.242.606,00	4121648,5
2009	9057000	5.971.125,10	533.385,00
2010	9.090.136,87	3.972.007,50	1128973,37
2011	8.072.230,00	3.408.515,83	5096714,17
2012	10.677.700,86	6.334.458,28	4398242,58
total	51.813.070,19	28.831.349,67	15.742.713,62

Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados do SDAE

Apêndice número 5

Valores de reembolso

Ano	Reembolso	Frequência	%
2007	570225	0,090549196	9,05492
2008	876768	0,139226863	13,92269
2009	283388	0,045000755	4,500076
2010	763062,75	0,121170974	12,1171
2011	1115753,48	0,177176695	17,71767
2012	2688208,2	0,426875517	42,68755
Total	6.297.405,43	1	100

Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados do SDAE

Apêndice número 6

Filhos

Número de filhos	Frequência absoluta	Frequência relativa	%
0	1	0,016666667	1,666666667
1	2	0,033333333	3,333333333
2	4	0,066666667	6,666666667
3	8	0,133333333	13,333333333
4	13	0,216666667	21,666666667
5	15	0,25	25
6	5	0,083333333	8,333333333
7	5	0,083333333	8,333333333
8	4	0,066666667	6,666666667
9	2	0,033333333	3,333333333
10	1	0,016666667	1,666666667
Total	60	1	100

Fonte: Autora

Apêndice número 7

Nome dos beneficiários inqueridos

N/O	Nome do Beneficiário	Nº de Beneficiários		Nº de Mulheres	Nº de Homens	Nº de Jovens	Característica de Projecto	
		Individual	Associação				C.Redimento	Valores
1	Zacarias Miquitai	1	0	0	1	0	Agricultura	4.000,00
2	João Chafira Gil Taimo	1	0	0	1	0	Agricultura	5.000,00
3	Associação 25 de Setembro	1	0	0	1	0	Junta -Boi	40.009,52
4	José Farnla Aliel	1	0	0	1	0	Junta -Boi	40.009,52
5	Associação Nhacha Dzamwari	0	1	0	0	0	Junta -Boi	40.009,52
6	Associação 4 de Outubro	0	1	0	0	0	Junta -Boi	40.009,52
7	Associação Zona Rimwe	0	1	0	0	0	Junta -Boi	40.009,52
8	José Augusto	0	1	0	0	0	Junta -Boi	40.009,52
9	Assoc . Agrícola K. Kuda	0	1	0	0	0	Junta -Boi	40.009,52
10	João Chafira Gimo	1	0	0	1	0	Junta -Boi	40.009,52
11	Associação Combate a Pobreza	0	1	0	0	0	Junta -Boi	40.009,52
12	Paulo Farnela	1	0	0	1	0	Junta -Boi	40.009,52
13	Associação Simba Raiche	0	1	0	0	0	Agricultura	332.089,43
14	Associação Muatirangarira Thoa	0	1	0	0	0	Agricultura	33.209,43
15	Associação Tiri Curima Tinotenda	0	1	0	0	0	Agricultura	33.209,43
16	Associação Pamberi	0	1	0	0	0	Agricultura	33.209,43
17	Pedro Martinho Sande	1	0	0	1	0	Agricultura	33.209,43

18	Manuel Andre	1	0	0	1	0	Agricultura	33.209,43
19	Dina João	1	0	1	0	0	Junta-Boi	40.009,52
20	Alixandre Baute	1	0	0	1	0	Junta-Boi	40.009,52
21	Alberto J Raiva	1	0	0	1	0	Junta-Boi	40.009,52
22	Feniasse Saize	1	0	0	1	0	Junta-Boi	40.009,52
23	Teresa José Ngaete	1	0	1	0	0	Agricultura	5.000,00
24	Elisa Chuva	1	0	1	0	0	Agricultura	5.000,00
25	Associação Gandula	1	0	0	1	0	Agricultura	50.000,00
26	Associação Kufuma Ichongo	0	1	0	0	0	Agricultura	33.209,43
27	Associação 7 de Abril	0	1	0	0	0	Agricultura	33.209,43
28	Associação Kurima Kuakanaka	0	1	0	0	0	Agricultura	33.209,43
29	Joaquim Paulo Zingonhe	1	0	0	1	0	Junta-Boi	40.009,52
30	Dinis Manuel	1	0	0	1	0	Junta-Boi	40.009,52
31	Maria Jossefa	1	0	1	0	0	Junta-Boi	40.009,52
32	António Cassinagane	1	0	0	1	0	Junta-Boi	40.009,52
33	Alberto João M. Canjeia	1	0	0	1	0	Junta-Boi	40.009,52
34	Ana Diwa A. Francisco	1	0	1	0	0	Junta-Boi	40.009,52
35	Victor Miquisse	1	0	0	1	0	Junta-Boi	40.009,52
36	Armando ,Mafengueira	1	0	0	1	0	Junta-Boi	40.009,52
37	Associação Kubatana	0	1	0	0	0	Junta-Boi	40.009,52
38	Madiua António Francisco	1	0	0	1	0	Junta-Boi	40.009,52
39	Armando Francisco	1	0	0	1	0	Agricultura	3.000,00
40	Associação Rodo Kubatana	0	1	0	0	0	Junta -Boi	40.009,52
41	Associação Tenderanai	0	1		0	0	Junta -Boi	40.009,52
42	Associação Nhampama	0	1	0	0	0	Junta -Boi	40.009,52
43	Associação Ucama Ibaza	0	1	0	0	0	Junta -Boi	40.009,52
44	Associação Fadzai Hama	0	1	0	0	0	Junta -Boi	40.009,52
45	Associação Rafaro	0	1	0	0	0	Junta -Boi	40.009,52
46	Associaç. Mabassa Guebuza	0	1	0	0	0	Agricultura	33.209,53
47	Associaç. Nhacha Guebuza	0	1	0	0	0	Agricultura	33.209,43
48	Armando Rafael	1	0	0	1	0	Agricultura	33.209,43
49	Associaç. Badza Chipedza	0	1	0	0	0	Junta-Boi	40.009,52
50	Associaç. Ukapiu Tendão	0	1	0	0	0	Junta-Boi	40.009,52
51	Associaç Crianças Orfãos	0	1	0	0	0	Junta-Boi	40.009,52
52	Associaç Karima Urombo	0	1	0	0	0	Junta-Boi	40.009,52
53	Associaç. Ucama Gobogobo	0	1	0	0	0	Agricultura	33.209,43
54	Associaç. 16 de Junho	0	1	0	0	0	Agricultura	33.209,43
55	Mucombe Zeca Semente	1	0	0	1	0	Agricultura	4.000,00

56	Mateus Stivene	1	0	0	1	0	Agricultura	4.000,00
57	Associação de Pungue Sul	0	1	0	0	0	Junta - Boi	40.009,52
58	Associação F. mUDANÇA	0	1	0	0	0	Junta - Boi	40.009,52
59	Associação Thudzuri	0	1	0	0	0	Junta - Boi	40.009,52
60	Associação T. Gobo-Gobo	0	1	0	0	0	Junta - Boi	40.009,52

Fonte: Adaptado pela autora com base nos dados do SDAE

Anexo

Mapa de Distrito de Gondola

